



ACÓRDÃO Nº 428/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11439/2017**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anuais.
- 3- **Órgão:** Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Advogado:** Não possui.
- 6- **Responsáveis:** Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães (período de 01/01 a 31/10/2016) e do Sr. Edson dos Anjos Ramos (período de 01/11 a 31/12/2016), Diretores e Ordenadores de Despesas.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1635/2018 – MPC – EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado. Exercício de 2016.

Regularidade com Ressalvas. Determinações. Quitação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado, exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães**, Diretor Geral, no período de 01/01 a 31/10/2016 e do **Sr. Edson dos Anjos Ramos**, Diretor Geral, no período de 01/11/2016 a 31/12/2016, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 10.2- **Determinar** ao Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado:
 - a) Cumpra rigorosamente os dispositivos da CF/88, da Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes quando das futuras contratações de bens e serviços;
 - b) Adote as providências necessárias ao aprimoramento ou substituição dos mecanismos de controle de medicamentos e demais bens de consumo e permanentes em conformidade com a legislação vigente;
- 10.3- **Determinar** à Secex - Secretaria Geral do Controle Externo que, por intermédio das comissões de inspeção in loco vindouras, verifique se as determinações contidas no item anterior estão sendo cumpridos;
- 10.4- **Dar quitação** ao **Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães** e **Sr. Edson dos Anjos Ramos**, consoante os arts. 24 da Lei nº



ACÓRDÃO Nº 428/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

2423/96 e 189,II da Resolução nº 04/02;

- 10.5- Determinar** à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 04 de Julho de 2018.

13- Especificação do quorum: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral